



Proc. Administrativo 19- 440/2024

De: DIEGO B. - GAB-PJ

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 06/01/2025 às 15:23:43

Setores envolvidos:

SEGF, GAB, SEGF-L, SEGF-CONT, GAB-PJ, GAB-PJ-A

Contratação Consultoria Contabilidade

Segue Parecer nº 002/2025-PROJUR.

Atenciosamente

—

Diego Augusto Bayer

Procurador Municipal

OAB/SC nº 28.822

Tel. 47 3374 6529

Anexos:

Parecer_n_002_2025_Recurso_AlIdax_x_Contrarrazoes_PontoGov.pdf



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER Nº 002/2025 - PROJUR

Parecer referente ao recurso administrativo interposto pela empresa ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa PONTOGOV SISTEMAS LTDA, no Processo de Licitação nº 178/2024-PMS, Modalidade Concorrência Eletrônica nº 59/2024-PMS. Contratação nº 902192024.

1. SÍNTESE DOS FATOS

O Consulente do Setor de Licitações, através do despacho nº. 18 do Processo Administrativo nº 440/2024, solicita análise do recurso interposto pela empresa ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa PONTOGOV SISTEMAS LTDA, no Processo de Licitação nº 178/2024-PMS, Modalidade Concorrência Eletrônica nº 59/2024-PMS. Contratação nº 902192024.

A presente licitação tem por objeto a “Contratação de Prestação de serviços de consultoria nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contraditórios ao tribunal de contas do Estado, encerramento de balanço anual, planos: plurianual, diretrizes e orçamento na sede do Município de Schroeder/SC”.

A empresa ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA apresentou recurso requerendo a sua habilitação no referido processo licitatório alegando que sua inabilitação:

[...]
fundamentou-se em um excesso de rigor gramatical, com base na ausência de um termo que, conforme analisado, não foi mencionado em nenhum dos documentos divulgados em sítios eletrônicos, são eles: Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar. Tal decisão, embora formalmente justificada, revela-se excessivamente técnica, em alguns casos, sem vínculo com o edital, uma vez que não leva em consideração o contexto substancial dos elementos apresentados, que, em sua totalidade, atendem aos requisitos da qualificação técnica e formais exigidos, não havendo qualquer prejuízo material ao Município.
[...]

Em suas contrarrazões a recorrida pugna pela manutenção da decisão do Agente de Contratações a qual a declarou vencedora do certame.

É o breve relatório.

2. DO PARECER

Inicialmente convém destacarmos que as normas que regulamentam os processos licitatórios devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, desde



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

que não comprometam a isonomia e a finalidade do certame, o que possibilitará a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

A recorrente alega que foi inabilitada e sua inabilitação “fundamentou-se em um excesso de rigor gramatical, com base na ausência de um termo que, conforme analisado, não foi mencionado em nenhum dos documentos divulgados em sítios eletrônicos, são eles: Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar”. Contudo, da análise da documentação apresentada pela recorrente, em especial a documentação referente a qualificação técnica, denota-se que a recorrente não apresentou atestado de capacidade técnica que ateste conhecimentos no sistema Betha, conforme determina o item nº 7.4.1.1 do edital, *in verbis*:

7.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.4.1.1. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste conhecimento dos sistemas Betha [...]

7.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Apresentando somente uma declaração de que a colaboradora Sra. Viviane Sartor, concluiu o curso do sistema Betha e possui domínio em diversos módulos do sistema, entretanto, o documento apresentado não atende ao disposto no item nº 7.4.1.1 do edital por ter sido elaborado pela própria empresa recorrente.

Ademais, no despacho nº 15 do Processo Administrativo nº 440/2024-1Doc, a área técnica, setor solicitante informou que:

Foram apresentados atestados emitidos por:

- Cooperativa dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas e Passageiros em Geral;
- FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda;
- Sollo Construções e Serviços Ltda.

Limitações identificadas:

- **Ausência de relação com o objeto licitado:** Nenhuma das empresas emitentes está vinculada à área pública ou à contabilidade pública, foco principal da licitação, não sendo comprovado aptidão nas áreas orçamentárias, contraditórios ao tribunal de contas do Estado e nos planos: plurianual, diretrizes e orçamento.

Desta forma, estando contida de forma expressa a exigência no edital de licitação da apresentação de atestado de capacidade técnica que ateste conhecimentos no sistema Betha e não tendo a recorrente apresentado o mesmo, caso o agente de contratações tivesse habilitado a recorrente teria cometido uma ilegalidade.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Nesse sentido, temos as recentes decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, *in verbis*:

MANDADO DE SEGURANÇA.

LICITAÇÃO. EDITAL DE CONCORRÊNCIA N. 0085/2023 QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA E GEORREFERENCIAMENTO PARA A FROTA DO TRANSPORTE PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. OBJETIVADA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO QUE CULMINOU COM A DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE NO CERTAME LICITATÓRIO.

DENUNCIADA OCORRÊNCIA DE FORMALISMO EXACERBADO, SOB O ARGUMENTO DA NÃO CONCESSÃO DE PRAZO PARA CORREÇÃO DAS IRREGULARIDADES.

LUCUBRAÇÃO INFECUNDA. INTENTO BALDADO.

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EMITIDOS PELA PRÓPRIA EMPRESA LICITANTE, QUE APENAS COLHEU ASSINATURAS DE SEUS CLIENTES, COMPROMETENDO A IMPARCIALIDADE DAS DECLARAÇÕES. INOBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ITEM 5.2.6 DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA N. 0085/2023.

AUSÊNCIA DE PONTUAÇÃO SUFICIENTE PARA APROVAÇÃO NO CRITÉRIO "EXPERIÊNCIA NA OPERAÇÃO DE BILHETAGEM ELETRÔNICA POR ÔNIBUS".

ATO ADMINISTRATIVO LEGAL, FUNDAMENTADO NO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

PRECEDENTES.

"[...] O princípio da vinculação ao edital deve ser estritamente observado para garantir a transparência e a lisura do certame, não havendo espaço para a flexibilização das exigências editalícias em favor da proposta mais vantajosa, quando a empresa não cumpre os requisitos mínimos do objeto licitado no instrumento convocatório." (TJSC, Apelação n. 5064205-69.2022.8.24.0023, rel. Des. Diogo Pitsica, Quarta Câmara de Direito Público, j. em 17/10/2024).

DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO.

ORDEM DENEGADA.

(TJSC, Mandado de Segurança Cível n. 5059435-34.2024.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Luiz Fernando Boller, Primeira Câmara de Direito Público, j. 26-11-2024). (Grifei).

Ainda,

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 0621/2022. ETAPA DE HABILITAÇÃO DAS LICITANTES. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE EM DECONFORMIDADE ÀS REGRAS EDITALÍCIAS. NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E ISONOMIA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA.

1. O princípio da vinculação ao edital deve ser estritamente observado para garantir a transparência e a lisura do certame, não havendo espaço para a flexibilização das exigências editalícias em favor da proposta mais vantajosa, quando a empresa não cumpre os requisitos mínimos do objeto licitado no instrumento convocatório.

2. A adoção da fundamentação per relationem é aceita pela jurisprudência, não



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

havendo falar em nulidade da sentença por ausência de fundamentação quando adotado precedente de instância superior como razões de decidir. O TJSC já consolidou que apenas no caso de seguir outra visão é que existe necessidade de acréscimo de argumentos próprios" (TJSC, Apelação n. 5044119-03.2020.8.24.0038, rel. Des. Hélio do Valle Pereira, Quinta Câmara de Direito Público, j. 22-02-2024).

3. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida. Honorários recursais incabíveis.

(TJSC, Apelação n. 5064205-69.2022.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Diogo Pítsica, Quarta Câmara de Direito Público, j. **17-10-2024**). (Grifei).

Desta forma, em obediência ao princípio da legalidade, da vinculação ao edital, da igualdade, bem como os demais princípios correlatos sugere-se pela manutenção da decisão do agente de contratações em inabilitar a empresa **ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA**, no presente processo licitatório.

Desta forma, sugere-se pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa **ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA** e no mérito pelo seu indeferimento.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **ALLDAX CONSULTORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA**, e no **MÉRITO**, pelo seu **INDEFERIMENTO**.

É o parecer.

Schroeder (SC), 6 de janeiro de 2025.

**DIEGO
AUGUSTO
BAYER**

Assinado de forma
digital por DIEGO
AUGUSTO BAYER
Dados: 2025.01.06
15:19:57 -03'00'

DIEGO AUGUSTO BAYER

Procurador Municipal
OAB/SC nº 28.822



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1542-6B77-BDA1-A753

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DIEGO AUGUSTO BAYER (CPF 052.XXX.XXX-01) em 06/01/2025 15:26:57 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://schroeder.1doc.com.br/verificacao/1542-6B77-BDA1-A753>